

Os projetos de intervenção urbana nos espaços públicos de áreas centrais e suas relações com as lógicas econômicas: o caso da cidade de Presidente Prudente/SP¹

Bárbara Pozza Scudeller²

Mestranda em Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós-graduação do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

barbara.scudeller@usp.br

Manoel Rodrigues Alves

Professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

mra@sc.usp.br

Eixo: O projeto na produção da cidade sul-americana contemporânea

Introdução

Enquanto seres sociais, os homens produzem a sua própria vida, consciência e história e tendem a materializá-la nos espaços urbanos. Entender a cidade como um produto socialmente construído implica compreender as relações sociais, políticas e econômicas que a conformam. Neste artigo, entendemos o espaço urbano como produto das relações entre seus agentes de produção e tomamos como ponto de partida metodológico a percepção de Lefebvre (2006) para analisar parte dos processos de produção e conformação da cidade contemporânea. Para Lefebvre (2006), é por serem objetos passíveis de produção e reprodução, que não surgem desgarradas de seu tempo e contexto, que as cidades não podem ser consideradas obras simplesmente dadas pela natureza. O uso dos seus espaços, em suas diferentes formas, não leva a cidade ao seu fim, ao seu esgotamento (LEFEBVRE, 2006). Nesse mesmo sentido, Carlos (2007), chama a atenção para o erro metodológico

¹ Este trabalho está integrado aos estudos desenvolvidos junto ao Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo (LEAUC), que tem como foco a investigação transdisciplinar dos processos de conformação e transformação da cidade contemporânea.

² Bolsista pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), onde desenvolve pesquisa intitulada "Espaços públicos e consumo: os impactos das lógicas econômicas sob a produção do espaço urbano e suas implicações no projeto de revitalização da área central de Presidente Prudente/SP".

de se entender a cidade como um dado natural por ser uma forma de encobrir os processos que os conformam e os agentes sociais responsáveis pela sua produção.

Segundo Correa (1989), os principais agentes envolvidos na produção dos espaços urbanos são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os grupos sociais excluídos e o Estado. Para o autor, as relações estabelecidas entre todos esses agentes de produção tendem a ser conflituosas e não partem de um princípio de neutralidade, pois cada um desses agentes busca ampliar as suas possibilidades de expansão e acumulação do capital, visto que a produção da cidade atual é majoritariamente regida por lógicas econômicas capitalistas neoliberais.

O espaço urbano capitalista [...] é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. [...] A ação desses agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem. (CORREA, 1989)

Neste trabalho, tomaremos como foco das nossas análises as relações estabelecidas entre o Estado – no caso, o Município de Presidente Prudente/SP –, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários, pois estas têm se mostrado as relações entre agentes que mais significativamente impactaram o processo de produção espacial do centro de Presidente Prudente/SP, desde sua origem até o momento atual.

Presidente Prudente

A breve título de contextualização histórica, cabe dizer que a origem do centro de Presidente Prudente/SP, objeto de estudo deste trabalho, se relaciona diretamente com a fundação da cidade e a atuação de seus agentes de produção. Segundo Sposito (1983), o desenvolvimento e a origem do Município deu-se através de conflitos de interesses estabelecidos entre dois grandes proprietários de terra durante o período do coronelismo brasileiro: o Coronel Francisco de Paula Goulart e o Coronel José Soares Marcondes (Figuras 01/02).



Figura 2. Coronel Francisco de Paulo Goulart, ao centro junto com seus genros e netos na comemoração do cinquentenário de Presidente Prudente, 1967. **Fonte:** Museu e Arquivo Histórico de Presidente Prudente, 2018.



Figura 1. Família Marcondes, Coronel José Soares Marcondes ao centro da imagem, 1920. **Fonte:** Museu e Arquivo Histórico de Presidente Prudente, 2018.

A iniciativa desses coronéis em ocupar grandes porções de terras no oeste paulista foi motivada pela promulgação à nível federal da Lei de Terras de 1850, que regulamentou as formas de aquisição de terras realizadas, até então através de concessões, ocupações ou compra e venda. Após a Lei, o direito a posse de terras no Brasil passou a ser condicionado por operações de compra e venda. Em consequência, ambos coronéis ocuparam grandes porções de terras referentes a região oeste do estado de São Paulo sem pagar nada por suas posses. Depois da promulgação da lei, as terras ocupadas pelos Coronéis Goulart e Marcondes foram loteadas e vendidas, dando origem a cidade de Presidente Prudente.

A primeira iniciativa foi do Coronel Goulart, que fundou o seu núcleo urbano em 1917 em frente à atual estação da Estrada de Ferro (Figuras 03/04). A antiga Avenida Rio Branco, atual Washington Luís, serviu de divisa entre a sua fazenda e o primeiro loteamento da cidade. Do outro lado da linha férrea situava-se a Fazenda Montalvão (da Companhia Marcondes de Colonização, Indústria e Comércio), loteada em 1920, de onde surgiu a Vila Marcondes.

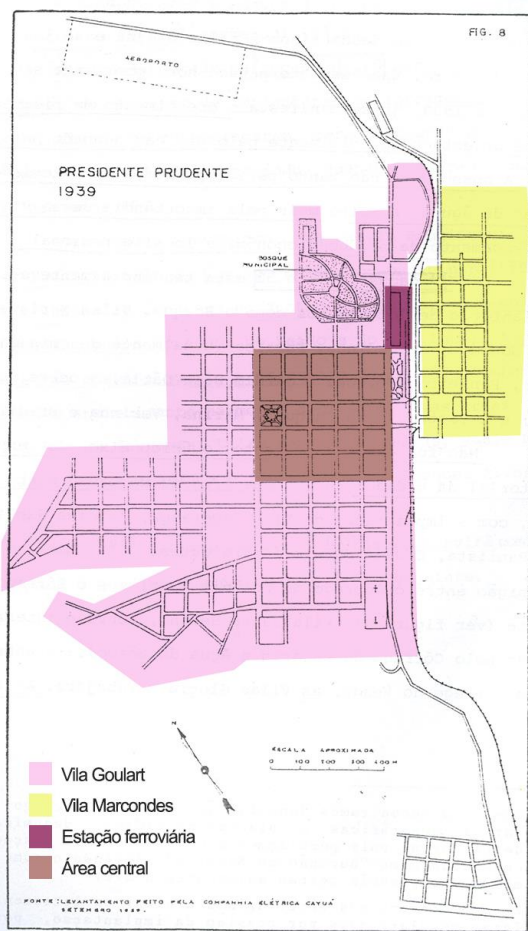


Figura 3. Mapa da área central de Presidente Prudente elaborado pela Companhia Elétrica Cayuá, 1939. **Fonte:** Sposito, 1983, editado por Bárbara Scudeller, 2019.

Figura 1. Coronel Francisco de Paulo Goulart, ao centro junto com seus genros e netos na comemoração do cinquentenário de Presidente Prudente, 1967. **Fonte:** Acervo e Arquivo Histórico de Presidente Prudente, 2018.



Figura 4. Área da Estação Ferroviária de Presidente Prudente, ponto de início da atual Avenida Washington Luís. Ao fundo a fachada da Estação Ferroviária, que servia como divisa entre a Vila Marcondes e a Vila Goularte, 2019. **Fonte:** Bárbara Scudeller, 2019.

iniciativas de loteamentos marcou – e ainda marca – a zona central. A porção a oeste da linha férrea, localizada de frente a fachada da Estação Ferroviária e onde atualmente se encontra o centro consolidado da cidade, cresceu e se desenvolveu com muito mais rapidez se comparada a porção de terras localizada a leste da linha férrea - atualmente zona periférica do centro³. O que levou a esse crescimento

³ Segundo Whitacker (2017), a zona periférica do centro é caracterizada pela presença de um comércio popular composto por lojas voltadas ao segmento do automobilismo e do agonegocio, pequenos escritórios e hotéis baratos. Para ele, a zona periférica do centro geralmente coincide com os limites do centro da cidade, onde notoriamente se encontram as estações de transporte

territorial urbano – já tão diferenciado desde a época da fundação da cidade – foi a forma como os coronéis de cada uma das vilas conduziram as suas negociações. Segundo Sposito (1983), a pouca organização na demarcação dos lotes e a despreocupação do Coronel Goulart com os aspectos legais de compra e venda resultaram em preços finais mais competitivos e resultou em uma ocupação territorial mais acelerada – se comparado aos da Vila Marcondes, onde o Coronel Marcondes conduzia as transações de compra e venda por escrito e de acordo com a lei. A principal intenção do Coronel Goulart era que a sua vila crescesse o mais rápido possível, para atrair novos compradores e, com isso, aumentar exponencialmente a sua renda fundiária.

Observa-se, portanto, que tanto a origem quanto o crescimento da cidade de Presidente Prudente/SP foi motivada pela concorrência existente entre os dois coronéis, que buscaram nas transações de compra e venda de suas terras a maximização dos seus lucros por meio da valorização da renda fundiária de seus lotes. Com base nessa lógica concorrencial entre ambos coronéis – ao mesmo tempo proprietários fundiários e promotores imobiliários –, a porção da cidade a oeste da linha férrea conheceu um significativo desenvolvimento urbano e um grande crescimento territorial. Esses fatores levaram estas áreas a se consolidarem não só como o centro histórico, mas também centro simbólico e representativo da cidade de Presidente Prudente.

O projeto de "revitalização" do centro de Presidente Prudente

As áreas urbanas centrais são constantemente, ao longo do tempo, foco de intervenções, tanto públicas quanto privadas. Por concentrarem uma infraestrutura urbana consolidada, são áreas de convergência do transporte urbano intra e intermunicipal, desempenhando um papel simbólico/representativo para a população e concentrando grande parte do capital comercial, financeiro e empresarial da cidade. Essas intervenções, em áreas centrais, recebem diferentes denominações, tais como projetos de "renovação", "reabilitação", "reestruturação" e "requalificação".

Muitas vezes esses termos são empregados de forma um tanto indiscriminada, visto que não apresentam uma preocupação conceitual em caracterizar cada uma das denominações. Especificamente neste trabalho, faremos referências às intervenções urbanas nos espaços públicos

coletivo, as rodoviárias, os terminais urbanos e as estações ferroviárias. Para nós, essa caracterização é válida também para a cidade de Presidente Prudente.

da área central de Presidente Prudente como projetos de renovação, por esse termo representar um possível ponto de partida para compreensão desses projetos⁴. – independentemente do Poder Público Municipal empregar o termo “revitalização” para fazer referência a estas intervenções.

O projeto de renovação do Calçadão foi idealizado ao longo dos anos 2009 e 2010, sendo executado em 2011 na gestão do então Prefeito Milton Carlos de Melo Tupã. De acordo com levantamentos realizados junto ao site oficial da Prefeitura Municipal, o projeto consistiu basicamente em uma obra de revisão e adequação de sua infraestrutura das redes elétrica e de energia, água, drenagem e esgoto, assim como na renovação do mobiliário urbano e do paisagismo – visto que o Calçadão ainda não havia passado por nenhuma outra grande obra de manutenção desde a sua fundação, há mais de trinta anos (Figuras 05/06).



Figura 5. Início da construção do Calçadão, onde pode ser observada as características originais do projeto, 1979. **Fonte:** Museu e Arquivo Histórico de Presidente Prudente, 2018.



Figura 6. Calçadão de Presidente Prudente após a execução do projeto de “revitalização” realizado pela Prefeitura Municipal, 2018. **Fonte:** Bárbara Scudeller, 2019.

Após a finalização da obra do Calçadão, a Prefeitura deu início a reforma da Praça 9 de Julho, em 2013 (Figura 7). Assim como no Calçadão o projeto dessa praça também consistiu basicamente na revisão de sua infraestrutura e troca do piso, na renovação do mobiliário urbano (bancos, lixeiras e floreiras) e novo projeto de arborização. Observa-se nas Figuras 08 e 09 que tanto a identidade visual

⁴ Cabe destacar que a aplicabilidade do termo “revitalização” é uma das questões abordadas pela pesquisa em desenvolvimento. O termo “revitalização” tem demonstrado não ser o mais adequado para fazer referência a propostas de intervenção destinadas a áreas centrais, via de regra dotadas de vida e intensas dinâmicas socioespaciais – senão em todos os períodos do dia e da semana, ao menos em sua maioria.

original da praça quanto seus elementos projetuais representativos – como a fonte luminosa e o piso de pedras portuguesas – foram mantidos.

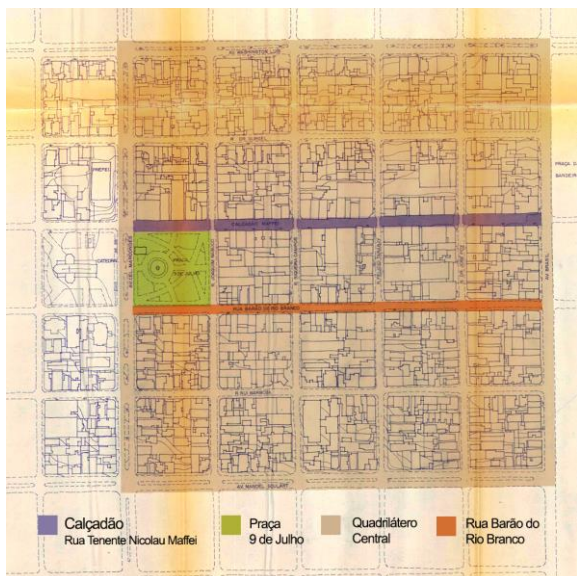


Figura 7. Mapa de loteamentos da área central de Presidente Prudente, com localização do Calçadão, da Praça 9 de Julho e da Rua Barão do Rio Branco. **Fonte:** HIRAO, Hélio, 1990, editado por Bárbara Scudeller, 2019.



Figura 8. Praça 9 de Julho antes da execução do projeto de “revitalização”, à frente, a fonte luminosa da praça e, ao fundo, a torre da Catedral de Presidente Prudente, 2003. **Fonte:** Museu e Arquivo Histórico de Presidente. Prudente, 2018.



Figura 9. Praça 9 de Julho após a execução do projeto de “revitalização”, que manteve os aspectos originais da fonte luminosa e do piso de pedras portuguesas. **Fonte:** Bárbara Scudeller, 2019.

Para Carlos (2007), intervenções urbanas em áreas centrais são, em parte, definidas por transformações empreendidas por agentes produtores do espaço essencialmente interessados em acumular e reproduzir seu capital. Para atingir esse objetivo, esses agentes tendem a intervir no espaço urbano sem se preocupar com preservação de seus “lugares” e de suas práticas

socioespaciais. Por isso, muitas vezes, projetos de renovação tendem a esvaziar a dimensão de reprodução da vida, caracterizando, segundo a autora, um "processo autofágico" de destruição/construção da própria cidade.

No caso brasileiro, o processo de reprodução dos lugares da cidade, enquanto processo de revitalização urbana, tem sua fundamentação em uma racionalidade que se impõe enquanto "processo autofágico", em que a demolição dos lugares familiares para a produção de novas formas urbanas se realiza aprofundando a segregação, além de expulsar a "população inadequada". (CARLOS, 2007, p. 89)

Como apontado pela autora, os projetos de revitalização tendem desconstruir locais familiares de reprodução da vida cotidiana para gradativamente expulsar a população tida como inadequada, agravando e alimentando o processo de segregação urbana. De forma mais específica, via de regra esses projetos tendem a iniciar um processo de gentrificação, que decorre, por um lado, da deterioração simbólica das áreas centrais (VILLAÇA, 1998) ocasionada pela oportunidade de valorização de outras áreas ainda pouco ocupadas e, por outro, de um movimento de retomada do centro pelo capital financeiro, comercial e empresarial de grande capacidade de investimento.

Complementarmente ao argumento de Carlos (2007), Fix (2004) aponta que os projetos de revitalização tendem a ser operacionalizados através de obras indutoras de revalorização da área. Geralmente essas obras acabam por trabalhar características pelas quais esses espaços são reconhecidos, renovando sua rede de infraestrutura, otimizando suas condições de acesso, estimulando atividades comerciais e de serviços e/ou pela concentração de bens culturais - por exemplo, a construção de uma nova avenida, de um novo parque ou de um novo espaço de lazer. De qualquer forma, essas obras indutoras representam a inserção de novos elementos no tecido urbano com a finalidade de desencadear um processo de revitalização mais amplo da área. Nas palavras de Fix (2004), "a Prefeitura investe com a justificativa de estimular e atrair 'capital privado', realizando obras chamadas de 'âncora' ou 'projeto motor' da operação, por serem capazes de dar início a um processo de renovação urbana mais amplo" (p. 03).

Por serem intervenções de médio a grande porte, elas tendem a contar com a participação do Estado – seja para executar esses projetos com recursos próprios, no estabelecimento de parcerias público-privadas ou no estímulo de projetos da iniciativa privada. No caso de Presidente Prudente, as obras de renovação do Calçadão e da Praça 9 de Julho foram iniciativas que partiram da Prefeitura Municipal, dando início a um processo de revalorização da área central da cidade.

Lógicas econômicas, lógicas de produção do urbano e propostas em áreas centrais

Algumas décadas após a fundação da cidade de Presidente Prudente, sua área central passou a representar uma localidade capaz de atrair a parcela do capital financeiro, comercial e empresarial de grande capacidade de investimento. Segundo Whitacker (1991), como o poder de acesso ao espaço é maior pelos segmentos de alta renda, os estabelecimentos voltados a este público foram os que mais rapidamente se apropriaram da área central da cidade de Presidente Prudente. No entanto, de meados dos anos 1950 a meados dos anos 1960, a concentração desses estabelecimentos na área central passou por um processo de esvaziamento, denominado como de involução de seu processo de expansão, que atingiu um patamar que já não lhes assegurava uma renda diferencial em seus negócios. Sendo assim, essa parcela de capital passou a buscar áreas mais distantes e ainda pouco ocupadas pelo setor na tentativa de reestabelecer a sua renda diferencial. Mediante a isso, a área central de Presidente Prudente.

Whitacker (1991) contextualiza esse processo como "um processo mais ou menos comum de evolução/involução/transformação dos centros urbanos das cidades brasileiras" (p.09). Em seus momentos de evolução, o centro costuma se inserir como o foco de um processo de concentração de infraestrutura, do capital comercial e financeiro e de residências de alto padrão – além de sediar o poder público municipal. Para o autor, parece ser esse justamente o ponto que leva os centros urbanos ao seu processo de saturação e conseqüente saída do capital de maior potencial de investimento.

Em meio a este momento de crise, de "tensão socio-temporal sobre a estrutura física" (WHITACKER, 1991, p. 45), o Estado – no caso, a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente – direcionou seu poder de intervenção no espaço no favorecimento dos agentes econômicos de interesse do setor público. O Calçadão de Presidente Prudente, inaugurado em 1979, consistiu basicamente em obras de pedestrianização de uma via de uso exclusivo de automóveis. Para isso, foi necessário a adaptação de sua infraestrutura, como, por exemplo, a implementação de um sistema subterrâneo especial para a drenagem de água, criação de novos pontos de iluminação, além da instalação de bancos e floreiras (Figura 10).



Figura 10. Reportagem do jornal local “O Imparcial” sobre a construção do Calçadão e seus impactos para a revitalização do comércio do centro de Presidente Prudente, 1979. **Fonte:** Museu e Arquivo Histórico de Presidente Prudente, 2019. **Foto:** Bárbara Scudeller, 2019

Antes da construção do Calçadão propriamente dito, a Prefeitura Municipal fechou duas das principais ruas comerciais da cidade – a Rua Barão do Rio Branco e Tenente Nicolau Maffei – para o uso exclusivo dos pedestres. Esta iniciativa tinha como objetivo testar o grau de receptividade da população e seus impactos ao comércio local. Apesar da criação do Calçadão ter sido anunciada como uma forma de revalorização comercial da área, o projeto não foi bem aceito pelos comerciantes. Assim que as duas principais ruas comerciais da cidade foram fechadas – no ano de 1977 –, a Associação Comercial se posicionou contrária a iniciativa, alegando que as vendas caíram significativamente. Ao constatar que o tráfego de veículos na área central foi realmente prejudicado pelo fechamento das duas ruas simultaneamente, a Prefeitura: reabriu a rua Barão do Rio Branco para a passagem de automóveis, mantendo o Calçadão na Rua Tenente Nicolau Maffei; trabalhou no convencimento dos lojistas e da população em geral quanto aos benefícios que este projeto traria para a cidade de Presidente Prudente. Para isso foram realizadas campanhas promovidas pela Associação Comercial, em parceria com a Prefeitura Municipal, para estimular as práticas de consumo no centro (Figura 11)⁵.

⁵ Uma das principais campanhas foi a “Semana do Freguês”, em que os lojistas passavam a oferecer grandes descontos como uma forma de atrair mais consumidores. Ao ver que o projeto não implicaria na diminuição dos frequentadores da área, mas sim em seu aumento, os lojistas passaram a ser favoráveis à sua construção.



Figura 11. Reportagem do jornal local “O Imparcial” sobre a Semana do Freguês e suas repercussões favoráveis ao dinamismo comercial da área central da cidade, 1979. **Fonte:** Museu e Arquivo Histórico de Presidente Prudente, 2019. **Foto:** Bárbara Scudeller, 2019

Em função de suas condições e em decorrência do momento econômico favorável, o Calçadão foi renovado em 2011 objetivando a revalorização do capital comercial, financeiro e empresarial que ali permaneceu instalado, apoiado também na criação/renovação de espaços de lazer para a população prudentina. Entretanto, ao contrário do momento de sua fundação, o projeto de renovação empreendido pela Prefeitura Municipal partiu de reivindicação da própria Associação Comercial de Presidente Prudente. Sem receber nenhuma grande reforma infraestrutural há mais de trinta anos, o Calçadão se encontrava bastante deteriorado e com problemas básicos, tais como, o desgaste do piso de pedras portuguesas, a inadequação para a circulação de cadeirantes e deficientes visuais, a insuficiência do sistema de iluminação e a precariedade do mobiliário urbano (Figura 12).



Figura 12. Situação da infraestrutura local do Calçadão alguns anos antes da execução do seu projeto de reforma, 2003. **Fonte:** Museu e Arquivo Histórico de Presidente Prudente, 2018.



Figura 13. Situação da infraestrutura local do Calçadão alguns anos depois da execução do seu projeto de revitalização e de construção do que foi chamado de o "Novo Calçadão", 2019. **Foto:** Bárbara Scudeller, 2019.

Segundo levantamentos realizados junto ao site oficial da própria Prefeitura Municipal, os lojistas estavam insatisfeitos com as condições infraestruturais do local – por exemplo, as tubulações de captação de água e esgoto eram responsáveis por um mal cheiro constante na área, o que acabava por afastar muito dos seus potenciais frequentadores. Nesse contexto, a Prefeitura decidiu conceber e executar o projeto do que foi chamado de o "Novo Calçadão" (Figura 13).

Necessário destacar que políticas públicas vigentes no país quando da execução do Novo Calçadão contribuíram para que a Prefeitura Municipal empreendesse o seu projeto de revalorização do comércio local, majoritariamente voltado aos segmentos populares. Na primeira década dos anos 2000, foram implementadas, no Brasil, uma série de políticas públicas de âmbito nacional que objetivavam possibilitar, aos segmentos sociais de baixa renda, a ampliação do acesso ao crédito e inclusão no mercado de bens de consumo. Segundo Pochmann (2014), nesse período observou-se uma tardia incorporação tardia dos trabalhadores de baixa renda no padrão fordista de consumo de massa, o que de forma equivocada levou a crença de uma possível ascensão social dos segmentos populares à classe média.

Neste ponto, Souza (2012) e Chauí (2014) destacam diferenças fundamentais – de caráter social e cultural – entre essas classes sociais que se considere a mudança de patamar social porque agora os segmentos populares puderam ascender ao potencial de compra da classe média. Para ambos

autores, a classe média é definida pela transmissão afetiva de capital cultural. Segundo Souza (2012) o filho – ou a filha – da classe média estão acostumados a ver o “pai lendo jornal, a mãe lendo um romance, o tio falando inglês fluente e o irmão mais velho ensinando os segredos do computador” (p. 24). Ou seja, esses referenciais familiares transmitem os padrões culturais em parte definidores da classe média - padrões esses não necessariamente ligados ao consumo. No entanto, também há fatores relacionados ao âmbito econômico que complementam a definição/caracterização do que seja a classe média. Um destes fatores é a busca por distinção social através do consumo. Este fator consiste na construção de um estilo de vida que busca afastá-la dos setores populares e aproximá-la das classes dominantes – reconhecidas pela apropriação de grande parte do capital econômico – de modo que, por meio desse movimento, a classe média reafirme o seu distanciamento para com os segmentos populares. A partir deste anseio de distinção social através do consumo é que se construiu a hipótese do surgimento de uma nova classe média, visto que, a partir das políticas públicas de ampliação do acesso ao crédito e transferência de renda direta ao consumidor final, os segmentos populares passaram a usufruir de um potencial de consumo equivalente ao da classe média.

Essa modificação de parte da estrutura social brasileira na primeira década dos anos 2000 foi possível, principalmente, em função de duas políticas públicas de caráter essencialmente econômico: a desconcentração de renda e a inclusão bancária das classes de baixa renda. Durante o período presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), o governo nacional estabeleceu a desconcentração de renda como principal estratégia para o crescimento econômico do país.

Somente na década de 2000 o país encontrou importante inflexão na trajetória da desigualdade distributiva, com a inversão da antiga prioridade nacional, isto é, com a opção pelo estabelecimento da repartição da renda como um dos principais fatores determinantes para a promoção do crescimento econômico e para a difusão do consumo de massa. (POCHMANN, 2014, p. 48).

Tendo como estratégia da desconcentração de renda para estimular o crescimento econômico do país, o governo precisava reverter a exclusão bancária por parte dos segmentos de baixa renda. Segundo Pochmann (2014), os segmentos populares não conseguiam ter acesso a contas bancárias devido a suas ocupações trabalhistas descontínuas, suas baixas remunerações salariais e a dificuldade de comprovação da renda exigida pelos bancos para abertura de contas. Assim, os segmentos de baixa classe social permaneciam deslocados da oportunidade de acesso ao crédito e,

consequentemente, da oportunidade de endividamento para o consumo. Para reverter esse dado de exclusão, os bancos passaram a adotar atividades de baixo retorno e maior custo e risco.

[...] a implementação de novas formas de intermediação bancária, como os empréstimos consignados, os programas de transferência de rendas, entre outros, estimulou o endividamento para o consumo da população de baixa renda. Mesmo diante de uma ocupação vulnerável e um rendimento precário, o acesso ampliado ao crédito se tornou possível, permitindo desatar o nó da exclusão bancária enquanto forma de constrangimento ao consumo de bens e serviços de maior valor unitário. (POCHMANN, 2014, p. 84).

Essas alterações possibilitaram que as classes de base da pirâmide social brasileira passassem a consumir bens duráveis e de maior custo unitário - como televisão, fogão, geladeira, computador, entre outros -, exatamente os bens de consumo comercializados pelos lojistas da área central de Presidente Prudente. De fato, o contexto social, econômico e político existente nesse período também estimulou o Poder Público Municipal a intervir na área central de Presidente Prudente, com o objetivo de revalorizar essa área e seu comércio local em um contexto político e econômico favorável às práticas de consumo.

Mas outro motivo também deve ser destacado quanto a ação da Prefeitura Municipal em empreender o projeto da construção do Novo Calçadão, um relacionado a questões da imagem e da competitividade da cidade. Além do contexto econômico nacional favorável ao consumo de massa, a execução desse projeto foi uma forma encontrada pela Prefeitura de Presidente Prudente em revalorizar o principal “cartão-postal” da cidade. Em entrevistas concedidas à Secretaria de Comunicação da Prefeitura, os agentes públicos envolvidos e os comerciantes locais impactados pelo projeto o apresentavam com grande orgulho e satisfação por sua significância para a valorização moral e simbólica, não apenas do capital, do centro da cidade.

É fantástico. Uma cidade do porte de Prudente precisava de uma atenção especial como essa. As melhorias previstas trarão mais conforto para quem trabalha e circula pelo Calçadão, bem como se tornará um atrativo ainda maior para o pessoal vir ao centro e prestigiar nosso comércio. Isso aqui [Calçadão] vai ficar mais bonito e mais seguro. Com a modernização todo mundo vai sair ganhando. (Waldir Pereira da Silva, gerente da loja Pernambucanas de Presidente Prudente, entrevista concedida à Secretaria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente em 15/05/2011)

Hoje a Prefeitura está aí, dando início à reforma de um dos principais cartões postais da cidade. É uma conquista que conseguimos junto ao prefeito Tupã e que resultava

de reivindicação antiga nossa. (Vitalino Creliis, presidente do Sindicato Patronal do Comércio da Alta Sorocabana, entrevista concedida à Secretaria de Comunicação da Prefeitura Municipal de Presidente Prudente em 15/05/2011)

A iniciativa do poder público em Presidente Prudente em executar o projeto do Novo Calçadão também pode ser entendida como uma iniciativa para valorizar o capital comercial, financeiro, empresarial e imobiliário já instalado, criando "um ambiente favorável aos negócios" (HARVEY, 2005, p. 178). Harvey (2005) caracteriza essa intenção do poder público em valorizar – ou revalorizar – determinadas áreas da cidade como um processo de transição entre o administrativismo e o empreendedorismo urbano. Para ele, a partir dos anos 80 é possível observar um movimento em que os governantes de países desenvolvidos buscavam solucionar problemas urbanos e assegurar o desenvolvimento das cidades a partir do empreendimento das potencialidades locais. Por consequência, observa-se o surgimento da noção de "cidades criativas" e a necessidade de implementação de espaços inovadores e estimulantes para atrair capital de investimento – privado, no caso – e assegurar seu processo de acumulação.

[...] a abordagem "administrativa", tão característica da década de 1960, deu lugar a formas de ação iniciadoras e "empreendedoras" nas décadas 1970 e 1980. Nos anos recentes, em particular, parece haver um consenso geral emergindo em todo o mundo capitalista avançado: os benefícios positivos são obtidos pelas cidades que adotam uma postura empreendedora em relação ao desenvolvimento econômico. (HARVEY, 2005, p. 167).

Para Filho e Magalhães (2017), essa busca por vantagens competitivas entre cidades e/ou suas regiões surge também como forma de solucionar a crise de acumulação capitalista, que costumeiramente se apresenta como um processo de involução territorial de determinadas áreas da cidade – no caso de nossa análise, a área central de Presidente Prudente. O emprego da competição entre diferentes regiões como gestão estratégica do Município resulta de processo de neoliberalização do espaço e do território, por meio do qual as cidades tornam-se agentes neoliberais fundamentais de um processo de competição entre seus territórios que se tornou a essência de sua dinâmica, "passando a ser insumo de decisões de investimento e localização que rebatem sobre a própria dinâmica regional e nos próprios padrões de regulação praticados" (p. 437).

Ainda sobre esse modo de governo empresarial essencialmente competitivo, Dardot e Laval (2016) denominam esse novo formato do Estado como "Estado-empresa", em que o funcionamento das instituições públicas ocorre de acordo com as regras empresariais. O que retoma a ideia da não

retirada do Estado nas economias capitalistas neoliberais, mas sim a da sua presença a serviço da iniciativa privada. O Estado administrativista se torna agora o Estado-empresa: um Estado que se tornou uma empresa a serviço de outras empresas no empresariamento da cidade e na transformação do espaço urbano em *commodity* – condicionado por processos de empresariamento e tematização, como o *city branding* e *city marketing*.

Considerações finais

As intencionalidades do poder público de Presidente Prudente em realizar os projetos tanto de construção quanto o de revitalização do Calçadão e da Praça 9 de Julho apontam mais do que uma mera necessidade infraestrutural. Apesar de ambos esses espaços públicos encontrarem-se em condições bem deterioradas, principalmente pela falta de manutenção ao longo dos anos, a Prefeitura Municipal não teria empreendido essas obras apenas em função desse quadro.

A construção do Calçadão – no fim da década de 1970 – representava a iniciativa do poder público de retirar a área central de Presidente Prudente de seu momento de involução, de crise simbólica e comercial em que essa área se encontrava. O resultado dessa intervenção foi o investimento de recursos públicos para atrair novos consumidores e novas fontes de investimento do capital financeiro, comercial, empresarial e – até mesmo – imobiliário. Apesar de ter enfrentado uma resistência inicial por parte dos lojistas locais, conforme já apontamos, a Prefeitura insistiu no projeto e obteve sucesso em sua iniciativa de revalorizar a área e movimentar o comércio local.

No final da década 2000-2010, a área central de Presidente Prudente se encontrava novamente em momento de deterioração. Em meio a um contexto socioeconômico nacional de desconcentração de renda e de inserção dos segmentos populares nas práticas de consumo de massa, o poder público municipal se viu estimulado em empreender os projetos de renovação do Calçadão e da Praça 9 de Julho. Em ambos esses períodos, quando da construção da Praça 9 de Julho e do Calçadão ou quando de sua renovação, a atuação do poder público municipal apresentou uma tendência de privilegiar os interesses do capital comercial voltado ao consumo popular. A realização desses projetos foi a forma encontrada pela Prefeitura de Presidente Prudente para revalorizar a área central da cidade e seu capital econômico e comercial. Apresentando fazer uso de recursos públicos para atender às demandas dos lojistas e comerciantes locais, a atuação do poder público municipal se caracterizou

por uma aproximação a lógicas empresariais de um agente privado interessado no potencial de valorização da área central.

Pensando as transformações urbanas para além do caso específico deste trabalho, embora o espaço da cidade seja produto e produtor das distintas dinâmicas que regem o seu tempo, a experiência da vida urbana e sua urbanidade se diferenciam em meio a um conjunto de mudanças que incidem em várias dimensões. Nesse sentido, o espaço urbano reflete as contradições de seu tempo e de seus processos de produção, aspectos esses, via de regra, condicionadas por uma articulação entre Estado e iniciativa privada. Como resultado, tensões entre domínios, legalidades, usos e práticas urbanas que demandam novas interpretações das relações estabelecidas entre distintas espacialidades. Nesse sentido, discutir a produção do espaço urbano contemporâneo passa, necessariamente, pela compreensão das dinâmicas do capitalismo em seu estágio avançado: o neoliberalismo.

O processo de reestruturação produtiva das últimas décadas promove, em escala mundial, novas formas de articulação econômica e política, entre Estado e capital na produção do espaço urbano. Observa-se, na cidade que emerge desse processo, uma radicalização da transformação da estrutura urbana em mercadoria que acaba por se legitimar como um distinto sentido de urbanidade condicionado por políticas neoliberais e modelos internacionais hegemônicos de produção do urbano contemporâneo que respondem crescentemente à necessidade de manter vivo o circuito de produção, circulação e consumo de mercadorias num mundo altamente mercantilizado - mais do que responder às necessidades humanas no tempo, no espaço.

Nesse contexto, configurações espaciais e fenômenos socioespaciais, condicionados pela dinâmica do capital financeiro avançado promovem, no uso e apropriação do espaço, suas espacialidades e territorialidades, a dissolução das relações estáveis com a geografia física e cultural do próprio espaço. Portanto, os diversos âmbitos da vida e da experiência em sociedade passam a ser crescentemente intermediados e transformados por uma lógica atrelada ao consumo mercantil. Em um mundo de processos globalizados, onde os aspectos de empresariamento da cidade emergem com especial ressonância, abordagens distintas são necessárias para abarcar o entendimento de novas paisagens e configurações do espaço público contemporâneo em um contexto em que se reconhece a alteração da chave “cidade-trabalho-política” para uma outra, de natureza empresarial: “cidade-gestão-negócios”.

Essas transformações, do e no espaço urbano, são fruto de lógica de acumulação flexível que reestrutura, de forma fortemente associada, cultura, economia e sociedade. A adequada compreensão das lógicas hegemônicas de produção da cidade atual permite desvelar aspectos da reprodução financeirizada do capital no espaço urbano, que muitas vezes se desdobram em processos de transformação, controle e privatização. Em consequência, discutir a produção do espaço urbano contemporâneo exige tanto a compreensão das dinâmicas capitalistas, mais especificamente do capitalismo em seu estágio neoliberal, quanto dos agentes envolvidos nesses processos, mas não apenas. É também necessário analisar a constituição do sujeito neoliberal, uma vez que a conformação dos espaços em que este habita está entrelaçada à maneira como se constrói sua subjetividade, seu jeito de pensar, seu jeito de se relacionar consigo mesmo e com o mundo.

É nesse contexto que a contemporaneidade se manifesta em processos de construção do espaço urbano que antes podiam ser explicados de forma mais acrítica, mas, precisamente por se tratarem de ações mais evidentes na defesa de interesses privados do capital, que se faz necessária estabelecer uma discussão mais aprofundada. Compreender as dinâmicas de produção e reprodução do capital, bem como seus conceitos definidores, é fundamental para tecer relações entre o funcionamento da economia, a produção do espaço urbano e a produção do sujeito e de suas relações na contemporaneidade, tendo processos de empresariamento da cidade como definidores da produção desses espaços e relações. Além do que,

[...] o que está sucedendo é que o paradigma em virtude do qual se construiu a cidade em sua configuração anterior já é um paradigma antiquado e inútil para que a cidade possa fazer frente a seus desafios de futuro e, sem dúvida, todavia não terminou de instalar-se o novo paradigma [...]. (PARDO, 2011, p. 357, tradução dos autores).

Como a cidade se apresenta enquanto campo privilegiado para análise das questões próprias desta etapa do modo de produção? Quais as questões que impactam diretamente sobre aspectos da privatização e da publicização do espaço? Em que medida, estas espacialidades (re)nascem apolíticas por renegar a cidade e produzir em torno de si espaços públicos vazios, esvaziados de sentido político? No cenário contemporâneo de crise societária, de individualização e vida mercantilizada é necessário a valorização e a busca pela compreensão do cotidiano e do lugar.

Referências

- ALVES, Manoel Rodrigues. Transformações Culturais e Contradições Urbanas do Espaço Público Contemporâneo. **Cidades**. Presidente Prudente, v. 11, n. 19, p. 470-497, 2015.
- CARLOS, Ana Fani. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CHAUÍ, M. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, M. (org.) **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso, 2013.
- CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FILHO, João; MAGALHÃES, Felipe. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. **Caderno Metrôpoles**, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 433-453, maio/ago. 2017.
- FIX, Mariana. A "fórmula mágica" da parceria público privada: operações urbanas em São Paulo. In: SCHICCHI, M.; BENFATTI, D. (Org.). **Urbanismo**: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro/Campinas: PUC-Campinas/POSURB, 2004. p. 185-198.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HIRAO, Hélio. **Rua de pedestres**: o planejamento visual urbano dos projetos públicos adequados ao contexto regional. O caso de Presidente Prudente. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4º ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: 2006.
- PARDO, José Luis. Disculpen las molestias, estamos transitando hacia un nuevo paradigma. In: ARENAS, L; FOGUÉ, U. (ed.) **Planos de (inter)sección**: materiales para un diálogo entre filosofía y arquitectura. Madrid: Lampreave, 2011.
- POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014
- SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em Presidente Prudente**: a lógica da expansão territorial urbana. 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 1983.
- TAPIA, Carlos; ALVES, Manoel Rodrigues. Prólogo. **Cidades**. Presidente Prudente, v. 11, n. 19, p. 12-43, 2015.
- VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil**. São Paulo: Editora Livros Studio Nobel Ltda, 2001.
- WHITACKER, Arthur Magon. **A produção do espaço urbano em Presidente Prudente**: expansão/desdobramento da área central. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 1991.
- WHITACKER, Arthur Magon. Centro da cidade: consolidação e expansão. In: MAIA, Doralice; SILVA, William; WHITACKER, Arthur (org.). **Centro e Centralidade em Cidades Médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.